



Número: **0852536-91.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **20ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/11/2019**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
HUDSON SOARES GOMES (AUTOR)		LARISSA DE OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
50541055	05/11/2019 11:04	Petição Inicial	Petição Inicial
50541059	05/11/2019 11:04	1atendimento	Documento de Comprovação
50541061	05/11/2019 11:04	1atendimento2	Documento de Comprovação
50541062	05/11/2019 11:04	bo	Documento de Comprovação
50541063	05/11/2019 11:04	id	Documento de Identificação
50541064	05/11/2019 11:04	procuração	Procuração
50541075	05/11/2019 11:06	Petição	Petição
50542179	05/11/2019 11:06	OAB ITAMAR	Documento de Comprovação
50552468	05/11/2019 13:41	Decisão	Decisão

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL/RN, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.

HUDSON SOARES GOMES, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 10865216410, portador do RG: - 2649323 SDS/RN, residente e domiciliado na Rua Unida da Ponte, 240, Jardim Planalto, Parnamirim/RN CEP 59155-160, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada, legalmente constituída, conforme procuração em anexo, com escritório profissional na Rua Edgar Dantas, s/nº454-C, Santos Reis, Parnamirim/RN, local onde deverá receber todas as intimações de praxe, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)



Em desfavor da **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, com inscrição do CNPJ sob o nº 02.149.205/0001-69, com endereço para receber citação e intimação na Avenida Prudente de Moraes, 4055, Lagoa Nova, Natal/RN. CEP: 59056-200, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

1. Inicialmente requer os benefícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, bem como pelo fato de que se tivesse que arcar com as custas e emolumentos judiciais encontrar-se-ia em estado de miserabilidade. Tudo com inteligência na Lei 1.050/60 e suas concomitantes legais.

II - DOS FATOS E DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2. O Autor foi vítima de acidente automobilístico na Rua Darcy Vargas, Monte Castelo no município de Parnamirim/RN. O fato ocorreu no dia **30 de janeiro de 2019**, conforme denota sobeja documentação em anexo. Em decorrência desse trágico acidente o Requerente teve **POLITRAUMA**.

3. Insta salientar que o Autor requereu o seguro DPVAT na via administrativa, mas teve o pleito negado.

4. Sendo assim, o Suplicante munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico, vem requerer de direito o seguro DPVAT.

III - DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM:

5. O Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de



socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.

6. No caso em comento, é de direito do autor **perceber uma indenização por danos pessoais**, ante a seu estado de incapacidade parcial, em caráter permanente, em decorrência aos danos causados pelo acidente, visto que teve fratura do pé e punho direito.

IV - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM: -----

5. O art.7º da Lei nº 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes ao seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no pólo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

6. Nesse sentido também dispõe a Resolução CNSP 154/2006:

“Art. 5º (...) §6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas. §7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seu respectivos líderes.”

7. Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte do Consórcio do Seguro DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.



8. Quanto à legitimação passiva, mostra-se dirimida qualquer sombra de dúvidas, de sorte que qualquer seguradora, que atue no Consórcio do Seguro DPVAT, formados pela reunião das empresas seguradoras e geridos pela seguradora Líder, poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

V- DA DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO (REQUERIMENTO)
ADMINISTRATIVO.

9. A Lei nº 6.694/74(Instituto de Seguro Obrigatório- DPVAT), alterada pela Lei nº 11.945/2009, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, para pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do Consórcio do Seguro DPVAT, para tal fim.

10. É que os comandos legais acima elencados foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente na questão em consonância com os princípios básicos estabelecidos e previstos dentro dos direitos e garantias fundamentais, tais como: O princípio da legalidade, inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

11. O princípio da legalidade registra de forma sintética que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. Para tanto, o princípio em questão serve de orientação para o legislador infraconstitucional, bem como aos cidadãos que estão sobre o prisma da carta constitucional. O princípio da legalidade mostra-se como preceito fundamental ao estado democrático da direito, ao tempo que estabelece freios ao poder do Estado, em sua relação com o cidadão.

12. Já o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional, atribuída constitucionalmente ao poder judiciário, aduz que nenhuma norma legal ou outro ato normativo poderá fazer frente ou obstacularizar a atividade legítima do poder judiciário, na apreciação de lesão ou ameaça de lesão ao direito, sob pena de flagrante inconstitucional.



13. Neste sentido, o ilustre doutrinador Alexandre de Moraes, registra palavras a respeito da inexistência condicionada ou instância administrativa de curso forçado, aduzindo:

“Inexiste obrigatoriedade de esgotamento da instancia administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A Constituição de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instancia administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial, uma vez excluiu a permissão, que a emenda constitucionalidade n.º 7 há constituição anterior estabeleceria, de que a Lei condicionar-se o ingresso em juízo a exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao judiciário.” (EM DIREITO CONSTITUCIONAL, 156 Ed, São Paulo).

14. Pois bem, neste sentido andou bem a lei já mencionada que instituiu o DPVAT, sendo certo que a inexistência de prévio pleito administrativo está de acordo com os princípios basilares elegidos pelo poder constituinte originário, ao passo que qualquer forma de exigência a prévio esgotamento de via administrativa mostra-se ilegal e manifestamente inconstitucional.

15. É também o entendimento dos nossos Tribunais, ou seja, da desnecessidade de requerimento administrativo para pleitear a Ação de cobrança do seguro DPVT, vamos a eles:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. PRINCÍPIO DO AMPLO ACESSO AO JUDICIÁRIO. ART. 5º, XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTES. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO APELO. O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para



recebimento da indenização securitária, não obstaculariza o ingresso em juízo, Art. 5.º, XXXV, da nossa Carta Magna. (*Apelação Cível nº 2009.006430-0, julgamento em 18/08/2009, 2ª Câmara Cível, Relatora: Juíza Maria Zeneide Bezerra (Convocada)*) (grifos acrescidos)

"CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PRELIMINAR NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO SUSCITADA PELO APELADO. REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA REJEITADA. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. TRANSFERÊNCIA PARA O MÉRITO. MÉRITO: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR. INVALIDEZ PERMANENTE DO PUNHO ESQUERDO. INTERESSE DE AGIR AMPLAMENTE DEMONSTRADO. **DESNECESSIDADE DE PLEITO ADMINISTRATIVO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.** COMPROVAÇÃO DO FATO, DO DANO E DO NEXO DE CAUSALIDADE – INDENIZAÇÃO EM PERCENTUAL DO VALOR MÁXIMO LEI 6.194/74, NA REDAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA. PRECEDENTES. DESPROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS." (*Apelação Cível nº 2009.013139-5, julgamento em 23/03/2010, 2ª Câmara Cível, Relator: Des. Aderson Silvino*) (grifos acrescidos)"

9. Fica claro a desnecessidade de requerimento administrativo para se pleitear a Ação de Cobrança do DPVAT.

VI - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:

10. Anota o Art.5.º da Lei 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

“ Art. 5.º - O pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”



11. Destarte, o§1.º, “a” do mesmo artigo, alterado pela Lei 8.441/92. Assevera que a indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

- a) *Certidão de Óbito*
- b) *Registro de Ocorrência no Órgão Policial competente*
- c) *Prova de qualidade de beneficiários em caso de morte.*

12. Reforçando a ideia do artigo acima citado pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

“Art. 7.º-A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

13. Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

14. Independente do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

“STJ. Súmula 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.



15. Sendo assim, é incontroverso a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

VII - DA ATUALIZAÇÃO MONETARIA DESDE 29.12.2006, DATA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 340, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI Nº 11.482/2007:

16. A Medida Provisória nº340 de 29 de dezembro de 2006, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, apenas transformou os 40 (quarenta) salários mínimos em reais, chegando ao valor de R\$ 13.500,00, sem prever a forma de atualização monetária. Para evitar que a indenização amargue, ano após ano, os efeitos da corrosão da moeda, até que se torne irrisória, existe a necessidade que o referido valor seja corrigido desde o dia 29/12/06.

17. Tal incidência decorre do fato da indenização não mais ser calculada com base no salário mínimo, o qual por si só mantinha-se atualizado, e sim, ter como o seu teto máximo, conforme ditames da Medida Provisória 340/2006, a quantia certa de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este que sofre depreciação inflacionária desde a sua previsão.

18. A atualização monetária serve para recompor o valor da moeda em razão da depreciação inflacionária ocorrente no país. Neste sentido, espera-se que o Judiciário, tendo sempre como norte o caráter eminente social do seguro obrigatório (DPVAT), pacifique o entendimento que esses valores (R\$ 13.500,00 ou R\$ 2.700,00) devem ser atualizados desde a referida MP, mormente levando-se em conta que a atualização monetária não representa nenhum plus, acréscimo, ônus ou penalidade, mas tão somente uma medida para evitar um enriquecimento ilícito à custa das já penalizadas vítimas do trânsito.

19. O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná comunga, neste sentido, recentes julgados que pacificaram o entendimento:



“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO ESTRANGEIRO - IRRELEVÂNCIA - INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM INDENIZATÓRIO CALCULADO CONFORME A EXTENSÃO DA INVALIDEZ DA VÍTIMA - EXEGESE DO ARTIGO ARTIGO 3º, §1º, II, DA LEI 6194/74. **CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE DESDE A VIGÊNCIA DA MP 340/2006** - TETO MÁXIMO INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 13.500,00 - VALOR QUE SOFRE DEPRECIACÃO DESDE A SUA PREVISÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE. 1 - Frisa-se que mesmo se tratando de automóvel estrangeiro, a indenização referente a seguro DPVAT é devida. 2 - Tem-se como acertado o valor indenizatório fixado pelo juízo a quo (R\$4.725,00), eis que de acordo com os ditames do artigo 3º, §1º, II, da Lei 6194/74. 3- **No que tange à correção monetária, coaduna-se ao entendimento que para os casos posteriores à Medida Provisória 340/2006, o seu marco inicial deve ocorrer da vigência de tal norma.** Processo: 915183-5 (Acórdão)Relator(a): José Laurindo de Souza Netto Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível Comarca: Foz do Iguaçu Fonte/Data da Publicação: DJ: 943 06/09/2012”

“APELAÇÃO CÍVEL COBRANÇA DO SEGURO DPVAT AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A INSTRUÇÃO DO PROCESSO APRESENTADOS – INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ DA VÍTIMA LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA VALOR DA INDENIZAÇÃO SEGUNDO O GRAU DE REPERCUSSÃO EXEGE DO INCISO II, DO §º1º, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - *CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO.* – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - LIMITE PREVISTO PELA LEI Nº 1.060/50 INAPLICABILIDADE. RECUSOS DESPROVIDOS. 1- A inexistência de pedido administrativo não pode levar ao reconhecimento da falta de interesse processual, nem, tampouco, no indeferimento da inicial. 2 Os documentos acostados aos autos demonstram a existência de acidente automobilístico com vítima, sendo, pois, suficientes para embasar a indenização pretendida. 3 – A combinação do artigo 3º, II, com o artigo 5º, §5º, da Lei 6.194/74, que taxativamente limita a indenização do Seguro Obrigatório em "até" R\$13.500,00, permite concluir que o valor da cobertura nos casos de invalidez permanente, varia conforme o grau de incapacidade da vítima. 4 - **Estabelecido que o valor da indenização**



deve ser calculado com base no valor estabelecido pela MP 340/2006, é a partir sua entrada vigor que deve incidir a correção monetária, vez que nada acrescenta ao capital, apenas recompõe o poder da moeda. 5

- Sendo vencedora a parte que estava ao abrigo da assistência judiciária gratuita, a fixação de honorários advocatícios prevista no artigo 11, § 1º, da Lei nº1.060/50, pode ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento), desde que observadas as regras previstas no CPC, norma geral que prevalece sobre a regra específica contida no mencionado dispositivo. (TJPR - 10ª C.Cível - AC 914227-8 - Londrina - Rel.: Luiz Lopes - Unânime - J.19.07.2012)”

VIII- DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

20. A vigente redação da Lei nº 6.194/74, resultado das modificações oriundas das medidas Provisórias nº 340/2006 (convalidada pela Lei nº11.482/2007) e nº 451/2008 (Lei nº11.945/2009), dispõe que o seguro DPVAT destina-se a indenizar os seguintes danos, nos valores:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...) I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte; II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e III- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidentes e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente **parcial completa** e incompleta conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o dispositivo abaixo: (Incluído pela Lei 11.945, de 2009). I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será*



diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura, e (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009). II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funciona na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Lei nº11.945, de 2009).”(grifamos)

21. A tabela a que se refere o dispositivo, agora como anexo à Lei nº 6.194/74, está assim desenhada:

Danos Corporais Totais

Percentual da
Perda

Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés

Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior

Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral

100

Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livredeslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)comprometimento de função vital ou autonômica



Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



IV - DA PERÍCIA

-

22. Diante da situação fática, se o Douto Julgador entender a necessidade de se fazer Exame Pericial, segue os quesitos que deverão ser respondidos pelo (o) perito (a):

a) Quais as lesões sofridas pelo Autor ?

b) As lesões decorreram de acidente de trânsito?

c) Dessas lesões resultou invalidez permanente de membros, sentido ou função; incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente?

d) Total ou em parte? Havendo, em que percentual?

-

-

X - DOS PEDIDOS

-

23. Por tudo resta acima exposto, requer o Autor, que Vossa Excelência se digne a:

a) Receber a presente ação, deferindo a mesma, os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes e pelos fatos acima mencionados, além disso, impingir a mesmo o rito sumário, conforme disposição expressa do art. 275 e SS do CPC;

b) Determinar a citação da Ré no endereço acima declinado, para que a mesma produza a sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato.



c) Sejam aplicadas as regras da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** em favor do Autor, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: “**a facilidade da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando, a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências**”.

d) Julgar a demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando a Ré a pagar ao Autor o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização do seguro DPVAT, **corrigindo desde a data da Medida Provisória nº340/2006**, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, **acrescido de juros de mora**, em conformidade com as Súmulas 43 e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

e) Que seja condenada a parte Ré aos honorários sucumbência, arbitrados em 20% sob o valor da condenação.

f) Entendendo Vossa Excelência necessidade de perícia, que sejam respondidos os quesitos do item IV.

g) Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos e oitivas de testemunhas, se entender necessário.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 05 de novembro de 2019.



ITAMAR OLIMPIO DE VASCONCELOS MAIA

OAB/RN nº 11.925

LARISSA DE OLIVEIRA MAIA

OAB/RN nº 13.421

NÚSIA LEILA FERNANDES DE OLIVEIRA MAIA

OAB/RN nº 13.561





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 /RN

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, que foi encontrado a ocorrência Nº 123170/1 referente ao paciente **HUDSON SOARES GOMES**, 24 anos atendido pelo Serviço de atendimento Móvel de Urgência SAMU 192 RN, no dia 30/01/2019 em Parnamirim/RN. Conforme ficha anexa.

Natal, 04 de fevereiro de 2019.

Ubiratan Wagner de Sousa
Coordenador da Regulação Médica do SAMU 192 RN
MAT.210991-3



END - AV. PRUDENTE DE MORAIS 2410 - BARRO VERMELHO - NATAL/RN



FICHA DE REGULAÇÃO - CENA

Nº: 123170/1

Data: 30/01/2019

CHAMADO

TARM: RAYSSA DE SOUZA

Rádio Operador: GHUTEMBERG DIAS FERREIRA

Equipe Enfermagem Cena:

VTR: USA 10 (BASICA) (MONTE ALEGRE)

Médico Regulação: THIAGO ALEXANDRE MACEDO DE AZEVEDO

Médico Cena: DIRCEU FONSECA DE MIRANDA

Usuário Pós-Cena:

Equipe VTR: HUGO RIBEIRO DE S. FERNANDES - CONDUTOR DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA
WILTON GARCIA GOMES - TECNICO DE ENFERMAGEMREGULAÇÃO
MEDICA

TROTE

INFORMAÇÃO

ENGANO

QUEDA DA
LIGAÇÃOCONTATO COM EQUIPE
SAMU

TRANSF./INTERNAÇÃO

Cidade: PARNAMIRIM

Nome do Solicitante: EMANUEL

Telefone: (84) 99181-4108

Nome do Paciente:

HUDSON SOARES GOMES

Idade: *

24

NO(S)

Sexo: *

MASCULINO

Endereço não informado

Coordenadas Informadas
Latitude: Longitude:

Endereço: RUA JARCI VARGAS

Bairro:

Outro Bairro: MONTE CASTELO

Nº: VP

Referência/Complemento: PROX A LAMPADINHA NOVA // ATRAS DA SELVAGEM (FABRICA DE BUGRES)

Unidade de Destino Transferência: HOSPITAL MONSENHOR WOLFREDO GURGEL

Observações Rádio Operador: PACIENTE ENTREGUE AOS CUIDADOS DO DR CARLOS NO POLITRAUMA NO PSCS.

Queixa Primária: QUEDA DE MOTO

Quem Solicitou:

Distância do paciente:

Local:

Histórico Regulação Médica:

30/01/2019 17:46:58 - Dr(a). THIAGO ALEXANDRE MACEDO DE AZEVEDO

APH: TRAUMA / HD: ACIDENTE AUTO X MOTO

REGULAÇÃO: COLISÃO AUTO X MOTO. CONSCIENTE E ORIENTADO, DOR EM COLUNA E PERNA.

AÇÃO COM INTERVENÇÃO: USB

PRIORIDADE:

CÓDIGO DE DESLOCAMENTO:

Apoio:

OBSERVAÇÕES

Data: 30/01/2019 17:50:59 Usuário: (RADIO OPERADOR) GABRIEL FERNANDES DUTRA PONTES
Observação: Controle de frota: SEM USB DISPONIVEL NO MOMENTO.Data: 30/01/2019 17:56:36 Usuário: (RADIO OPERADOR) GABRIEL FERNANDES DUTRA PONTES
Observação: Controle de frota: TELEFONE DO SOLICITANTE SÓ CHAMA.Data: 30/01/2019 19:07:44 Usuário: (TARM) EVELIZY REGINA ROCHA ESDRAS
Observação: TENTO CONTATO NO POLITRAUMA, POREM OCUPADO.Data: 30/01/2019 19:10:29 Usuário: (TARM) EVELIZY REGINA ROCHA ESDRAS
Observação: VAGA REGULADA COM DRA CECILIA.Data: 30/01/2019 19:48:50 Usuário: (RADIO OPERADOR) GHUTEMBERG DIAS FERREIRA
Observação: Controle de frota: PACIENTE ENTREGUE AOS CUIDADOS DO DR CARLOS NO POLITRAUMA NO PSCS.

HORÁRIOS DO CHAMADO

Chamado:
30/01/2019
17:45:55Regulação Médica:
30/01/2019
17:46:58Solicitação VTR:
30/01/2019
17:50:04Saída VTR:
30/01/2019
19:07:44Chegada Local:
30/01/2019
19:20:00

Observação do Apoio:

CONDUTA

Remoção

REMOÇÃO / TRANSFERÊNCIA

Aguardando Vaga

Estabelecimento:

NATAL (NP) - HOSPITAL MONSENHOR WOLFREDO GURGE ▾

Vaga Negada - Motivo:

-- SELECIONE -- ▾

H. ligação ao serv. prop.:

././.

F:

Recebido por:

Numero do conselho:

Numero da ficha de Remoção:

Vaga Negada

Vaga Zero

Motivo da entrada:

▾

Ass:

PERTENCES

Nome receptor:

Cargo receptor:

Descrição dos pertences:

Local deixado pertences:

Data:

././.

Ass:

ALICENCIADO DE TRABALHO?

Sim Não

VIOLÊNCIA A VULNERÁVEIS?

Sim Não





SESAP/RN - HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
PRONTO SOCORRO CLOVIS SARINHO

BOLETIM COM REGISTRO DE

SAÍDA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 5908

EM: 31/01/19

Admissão: 30/01/2019 19:31:25

Técnico:

Exame:

Médico:

CIRURGIA GERAL - VERDE

TOMOGRAFIA/HMWG
30/01/19
232

Paciente: 112694 - HUDSON SOARES GOMES (24 a 5 m 6 d)

Nascimento: 24/08/1994

Natural: NATAL.BRASIL

CNS:

CPF: 10865216410

Sexo: M Cor: PARDA

Mãe: CATARINA FERNANDES SOARES

Pai:

Prof:

Logradouro: UNIDOS DA PONTE, 244

CEP: 59155160

Bairro: JARDIM PLANALTO

Telefone: 84.994230454

Compl:

Cidade: PARNAMIRIM

TOMOGRAFIA/HMWG

Motivo: CARRO X MOTO

Origem: AMBUL. SAMU RN

Tipo: REFERENCIAL Hora: 19:51

*Empresa:

Técnico:

Exame:

Médico:

Classificação: 30/01/2019 10:28:41

Fluxograma:

OBS:

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FiO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS
	120x80		100%		20	74			

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: Ac de moto / dor na região sacro lombar + dor em joelho D

Hora: 19:38

Paciente vítima de colisão moto no carro em 1:30h, com perda de consciência, porém ele foi socorrido. Prese de dor intensa em região lombar e um hematoma hiperestendido na região de joelho direito em UNID. Mega cervical, perda de consciência, manuseio em unidade.

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

- A Unid. Vias aéreas livres, em caso de color cervical
- B AP: MU+, SPA. Sat O₂ 93% em ar ambiente
- C Pulso presentes, rítmicos. FC 84 BPM
- D AO 4, RVS, MM 6, reflexos presentes
- E Exame de cotores

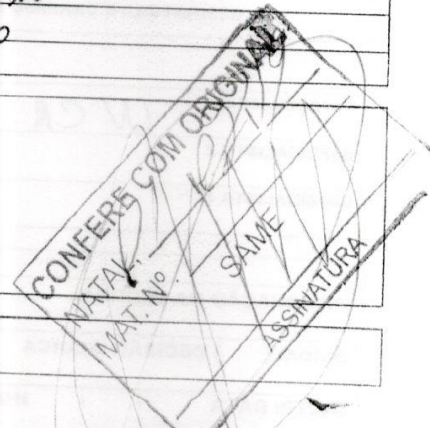
OUTRAS OBSERVAÇÕES:

ABB: Plano, flácido, indolor
Pele estável

*Saída: -

DIAGNÓSTICO INICIAL - CID

Politrauma



*Gerado via SX por FRANCISCO BEZERRA DE MACEDO. Impresso em 30 de Janeiro de 2019



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 05/11/2019 11:03:41

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110511034000100000048800941>

Número do documento: 19110511034000100000048800941

EXAME FÍSICO (SEGUNDÁRIO)			
A			
B			
C			
D			
E			
A(ALERGIAS) <i>Wega</i>			
M(MEDICAÇÃO EM USO) <i>Wega</i>			
P(PATOLOGIAS E CIRURGIAS PREVIAS)			
L(LIQ. E ALIMENTOS INGERIDOS)			
A(AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA)			
V (PASSADO VACINAL)			
EXAMES COMPLEMENTARES(RADIOLOGIA E IMAGEM) <i>TC de abdômen e pelve</i> <i>TC de tórax</i>		LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; transform: rotate(-15deg); display: inline-block;"> CONFERE COM ORIGINAL NATAL Nº. <i>102119</i> MAT. Nº. <i>102119</i> ASSINATURA </div>	
CONDUTA PRIMARIA@MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS <i>① Voltarem, Somp, IM</i>		ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; transform: rotate(-15deg); display: inline-block;"> CONFERE COM ORIGINAL NATAL Nº. <i>102119</i> MAT. Nº. <i>102119</i> ASSINATURA </div>	
<i>TC de tórax sem evidência de hemo</i> <i>aproximadamente as fraturas</i> <i>TC de abdome. Sem líquido livre na cavidade</i> <i>sem quise hática ou abdominal.</i> <i>sem conclusão pela Grunpa Geral</i>			
ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL <div style="text-align: center;"> Dra. Ana Carolina Matias MÉDICA CRM-RN 9164 R.D. Abimur </div>		ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL	
ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE			
ESPECIALISTA 1	<i>WCA</i>	HORA: <i>19:45</i>	DATA: <i>30/01/19</i>
ESPECIALISTA 2		HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 3		HORA:	DATA:
DESTINO DO PACIENTE:			
INTERNAÇÃO NA CLÍNICA:		DATA / / HORA	
SAÍDA: () DECISÃO MÉDICA () REVELIA () TRANSFERIDO PARA:			
ÓBITO: DATA / / HORA			



FIQUE ATENTO À SITUAÇÃO DE ABUSO E MAUS TRATOS, EM ESPECIAL À CRIANÇAS, MULHERES E IDOSOS. DENUNCIE! PROCURE O SERVIÇO SOCIAL E NOTIFIQUE

EXAME FÍSICO

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****

LABORATÓRIO

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA: / /

HORA:

SAÍDA:

DATA: / /

HORA:

Decisão Médica ☐

À Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA: / /

HORA:

Entregue à família

com Atestado ☐

S.V.O. ☐

I.T.E.P. ☐

Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA: / /

HORA:

SAÍDA:

DATA: / /

HORA:

Decisão Médica ☐

À Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA: / /

HORA:

DESTACAR





Cirurgia da Mão de Natal

CIMAN

DR. HÉLIO RUBENS POLIDO GARCIA - CRM 5500
CIRURGIA DA MÃO - MICROCIRURGIA - ARTROSCOPIA

RELATÓRIO MÉDICO

Nome: HUDSON SOARES GOMES

Diagnóstico: Pop LESÃO ESCAOLUNAR D em 05.07.19

Prognóstico: Moderado. Ainda com dor e limitação. Segue em acompanhamento.

Recomendação: Deve afastar-se de suas atividades de carga por 4 (quatro) meses, a critério do pente

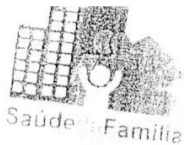
CID: S63 / Z98.8

18.07.19

Dr Hélio R P Garcia
CRM 5500

Dr Hélio Rubens Polido Garcia
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia da Mão
CRM 5500





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAD
COORDENADORIA DE ATENÇÃO À SAÚDE - CAS

FICHA DE REFERÊNCIA - FIR

Cartão do SUS: _____

Da Unidade Básica de Saúde da Família: _____ Prontuário nº: 01187 (Claudio)

Para Atendimento de Serviço Urgência: Jardim Planalto

Atendimento de Serviço Especializado: Ortopedia ou _____

Nome do Usuário: Hudson Soares Gomes Idade: 24a Sexo: M

Nome do Responsável (em caso de menor de idade): _____

Patologia Clínica/Hipótese Diagnosticada: Oncamulado para avaliação de

do e dificuldade de mobilização do membro D após trauma.
(ausência de moto)

Simone C. de Albuquerque

Simone C. de Albuquerque
Médica CRM-RN 3234
ESE-DSS UBS Jardim Planalto

Médico / CRM

Diretor da UBS

18 / 02 / 19
Data

Obs.: Caro colega, retornar a ficha pelo próprio usuário/portador.

FICHA DE CONTRA REFERÊNCIA - FICOR

Nome do Usuário: _____

Do Serviço de Atendimento Urgência: _____

Serviço de Atendimento Especializado: _____ ou _____

Para UBS: _____

Diagnóstico: _____ Bairro: _____

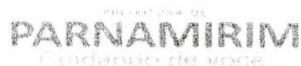
Conduta: _____

Retorno do Paciente: _____ dias; _____ mês(es); _____ ano(s) ao Serviço Referenciado.

Médico/CRM

Data





CENTRO CLÍNICO
DR. SADI MENDES – CCPAR

H- 570

ESPECIALIDADE	
PRONT. N.º	Idade: 24

NOME: Hudson Soares Gomes SEXO: F () M (x)

ENDEREÇO: Av. Piloto Ferreira Lima BAIRRO: Boa Esperança

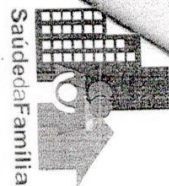
NOME DA MÃE: Caterina Fernandes Soares

DATA DE NASC.: 24 10 194 N.º FONE:

CNS: 703500012488830

ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAD
COORDENADORIA DE ATENÇÃO À SAÚDE - CAS



FICHA INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO

CARTÃO DO SUS:

PRONTUÁRIO N°:

187

ÁREA: SS

MICRO ÁREA: OL

RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA:

NOME DO USUÁRIO: Flávia Soares Gomes

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Flávia

DATA DE NASCIMENTO: 1/1 SEXO: M () F ()

CONTATOS: ()

ENDEREÇO (AV, RUA, LOGRADOURO):

DOSE	BCG	HEPATITE B	PENTA	VIPVOP	PNEUMO 10	ROTAVÍRUS HUMANOS	MENINGO-CÓCCO C	HEPATITE A	TRÍPICE VIRAL	TETRA VIRAL	TOXÓIDE TETÂNICA	OUTRAS
1ª												
2ª												
3ª												
REF.												
REF.												
REF.												

HISTÓRICO/EVOLUÇÃO: Paciente com 20 dias de vida, em estado de saúde satisfatório.

Rotavírus (15/11/2016)

M = 24,11 1 kg - 45,15 1 kg - 42,80 1 kg - 31,2

glc = 20,5

CONDIÇÃO: após 20 dias de vida, em estado de saúde satisfatório

Médico/CRM

Dr. Felipe de Medeiros

Enfermeiro(a)/ COREN

Ana M. de S. Lopes

24/11/16
Data



Paciente: Hudson Soares Gomes

Idade: 24

Data Exame: 31/05/2019

null

Convenio:

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO PUNHO DIREITO

Método:

Exame realizado com cortes axiais de 1 mm de espessura e com reformatações multiplanares em MIP.

Análise:

Edema circunferencial na tela subcutânea do punho.

Derrame articular na rádio-ulnar distal, radiocarpal e intercarpais.

Sinais de fratura no terço proximal/médio do escafoide, apresentando desalinhamento ósseo e diástase de fragmento, com presença de fragmento ósseo avulsionado intra-articular medindo 3 mm.

Em decorrência da fratura supracitada, observa-se dissociação escafosssemilunar com provável rotura ligamentar.

Perda da relação rádio/semilunar/capitato, estando o semilunar desviado em DISI.

Demais Estruturas ósseas íntegras.

Estruturas musculares com morfologia e coeficientes de atenuação preservados.

Estruturas tendíneas com aspecto normal.

Feixes neurovasculares sem alterações.

Ausência de processos expansivos ou coleções no segmento analisado.

OPINIÃO:

- Fratura do escafoide associado a dissociação escafosssemilunar, estando o semilunar desviado em

Dr. Geraldo Souza Pinho Alves
Médico Radiologista CRM/RN 6921





Paciente: Hudson Soares Gomes

Idade: 24

Data Exame: 31/05/2019

DISI.

null
Convenio:

- Presença de fragmento ósseo avulsionado intra-articular.
- Edema circunferencial na tela subcutânea do punho.
- Derrame articular na rádio-ulnar distal, radiocarpal e intercarpais.

Dr. Geraldo Souza Pinho Alves
Médico Radiologista CRM/RN 6921





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
1º DISTRITO POLICIAL DE PARNAMIRIM - PARNAMIRIM - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 033107/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 09/08/2019 09:51 Data/Hora Fim: 09/08/2019 10:12
Delegado de Polícia: Alexandre Gomes Bezerra Dos Santos

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: 1º Distrito Policial de Parnamirim
Data/Hora do Fato: 30/01/2019 16:46

Local do Fato

Município: Parnamirim (RN)
Logradouro: RUA DARCY VARGAS

Bairro: Monte Castelo
Nº: S/N

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1472: Acidente de trânsito sem vítima - Colisão traseira	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: HUDSON SOARES GOMES (VÍTIMA, COMUNICANTE)			
Nacionalidade: Brasileira	Naturalidade: RN - Parnamirim	Sexo: Masculino	Nasc: 24/08/1994
Profissão: Assistente Técnico			
Estado Civil: União Estável			
Nome da Mãe: CATARINA FERNANDES SOARES	Nome do Pai: ALEX SANDRO JERONIMO GOMES		

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 108.652.164-10
RG - Carteira de Identidade: 2649323

Endereço

Município: Parnamirim - RN
Logradouro: UNIDOS DA PONTE Nº: 240
Complemento: CASA
Bairro: JARDIM PLANALTO CEP: 59.155-160

Nome Civil: NÃO DECLARADO (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)		
Nacionalidade: Brasileira	Sexo: Masculino	Idade: 30
Estado Civil: Sem Informação		
Nome da Mãe: Catarina Fernandes Soares		

Endereço

Município: Parnamirim - RN
Telefone: (84) 99204-1728 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo	Veículo	Subgrupo	Motocicleta/Motoneta
Descrição	YAMAHA/YBR 150CC FACTOR-PLACA QGP 3937	Veículo Adulterado?	Não
Quantidade	1 Unidade	Situação	Envolvido
Nome Envolvido		Envolvimentos	



Delegado de Polícia Civil: Alexandre Gomes Bezerra Dos Santos
Impresso por: João Maria Gaby
Data de Impressão: 09/08/2019 10:12
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 05/11/2019 11:03:43

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19110511034294900000048800944>

Número do documento: 19110511034294900000048800944

Num. 50541062 - Pág. 1



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
1º DISTRITO POLICIAL DE PARNAMIRIM - PARNAMIRIM - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 033107/2019

Nome Envolvido	Envolvimentos
HUDSON SOARES GOMES	Proprietário
Grupo Veículo	Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhon
Descrição NISSAN FRONTIER	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Meio Empregado
Nome Envolvido	Envolvimentos
Não Declarado	Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

O COMUNICANTE NOS RELATA QUE AO SAIR COM SUA MOTO YAMAHA/YBR DE PLACA QGP 3937, FOI ABARROADO POR UM VEÍCULO NISSAN FRONTIER, NA RUA DARCY VARGAS, PRÓXIMO A CASA DO BIZOTÊ, ONDE TRABALHA, FOI AO CHÃO, E SEUS AMIGOS DE TRABALHO CHAMARAM O SERVIÇO DA SAMU, COM Nº DE ATENDIMENTO DE Nº 1231/1, E FOI SOCORRIDO ATÉ O HOSPITAL WALFREDO GURGEL, SOB BOLETIM DE ATENDIMENTO DE Nº 5908/2019.

ASSINATURAS


João Maria Gaby
Agente de Polícia
Matrícula 157.359-4
Responsável pelo Atendimento


HUDSON SOARES GOMES
(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Alexandre Gomes Bezerra Dos Santos
Impresso por: João Maria Gaby
Data de Impressão: 09/08/2019 10:12
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 05/11/2019 11:03:43

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1911051103429490000048800944>

Número do documento: 1911051103429490000048800944

Num. 50541062 - Pág. 2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: HUDSON SOARES GOMES

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 2649323 SDS RN

CPF: 108.652.164-10 DATA NASCIMENTO: 24/08/1994

FILIAÇÃO: ALEX SANDRO JERONIMO GOMES CATARINA FERNANDES SOARES

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: AB

Nº REGISTRO: 06208144710 VALIDADE: 30/09/2023 1ª HABILITAÇÃO: 16/10/2014

OBSERVAÇÕES:

Hudson Soares Gomes

LOCAL: NATAL, RN DATA EMISSÃO: 02/10/2018

Luiz Eduardo Machado Pereira
Diretor Geral - Detran/RN 59003788095 RN704305720

ASSINATURA DO EMISSOR: RIO GRANDE DO NORTE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1682966240

PROIBIDO PLASTIFICAR 1682966240





COSERN

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA • FATURA • NOTA FISCAL

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150, Bairro, Natal - RN, CEP 50025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055199-9 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

CATARINA FERNANDES SOARES

CPF 671 426 584-68 NIS: 12685813842

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA UNIDOS DA PONTE 240

JARDIM PLANALTO/AREA URBANA
PARANAMIRIM RN
59155-160

Nº DA NOTA FISCAL	SERIE	EMISSION
078917961	UNICA	10/07/2019
ARREPRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
10/07/2019	3000690099	1173295

CONTA CONTRATO	MES/ANO
0852665424	07/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PROXIMA LEITURA
17/07/2019	09/08/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	91,37

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,00000000	0,22217612	6,66
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,00000000	0,38087335	26,66
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	63,00000000	0,57131002	35,99
Acréscimo Bandeira AMARELA			0,55
Contrib. Ilum. Pública Municipal			7,84
ICMS-Parcela Subvencionada			7,03
Multa por atraso-NF 022419674 - 10/04/19			1,78
Multa por atraso-NF 023877749 - 09/05/19			1,81
Juros por atraso-NF 022419674 - 10/04/19			1,51
Juros por atraso-NF 023877749 - 09/05/19			1,42
Atualização IGP-M-NF 022419674 - 10/04/19			0,80
Atualização IGP-M-NF 023877749 - 09/05/19			1,02
Bônus ITAIPU - art 21 da Lei 10.438/2002			-1,80
TOTAL DA FATURA			91,37

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA	ANTERIOR LEITURA	DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
40255878	0,47	10/06/2019	17548,02	10/07/2019	17711,06	30	1,00000		163,00

HISTÓRICO DE CONSUMO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
Mês/Ano kWh		BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	Descrição	R\$	%
JUL 19 163	ICMS	69,06	18,04	12,57	Geração de Energia	R\$ 26,33	37,69%
JUN 19 183	PIS	69,86	1,11	0,77	Transmissão	R\$ 2,80	4,01%
MAR 19 187	COFINS	69,86	5,09	3,55	Distribuição (Cosern)	R\$ 17,64	25,25%
APR 19 188					Perdas de Energia	R\$ 4,73	6,77%
					Encargos Setoriais	R\$ 1,47	2,10%
					Tributos	R\$ 16,89	24,18%
							100%



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 05/11/2019 11:03:43

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1911051103433500000048800945>

Número do documento: 1911051103433500000048800945

M&O

Maia | Oliveira

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: Hudson Soares Gomes

NACIONALIDADE: Brasileiro ESTADO CIVIL: Solteiro

PROFISSÃO: auxiliar técnico em mecânica

IDENTIDADE: 2649323 SDS RN CPF: 108.652.164-10

ENDEREÇO: Rua Unidos da Ponte, 240

BAIRRO: Jardim Planalto CIDADE: Parnamirim/RN 59.155-160


TELEFONE: (84) 992041728 / 986361374

OUTORGADOS: ITAMAR OLIMPIO DE VASCONCELOS MAIA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 11.925, NÚSIA LEILA FERNANDES DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrito na OAB/RN sob o nº 13.561, LARISSA DE OLIVEIRA MAIA, brasileira, solteira, inscrito na OAB/RN sob o nº 13.421 com escritório profissional na Rua Edgar Dantas, nº 454, "C", Santos Reis, Parnamirim/RN. Email: Oliveiramaiaadvogados@outlook.com ; bcitamaia@hotmail.com

PODERES: A quem concedo (ermos) amplos, limpos e ilimitados poderes, para em conjunto ou separadamente, no foro em geral, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, propor em quaisquer medidas preliminares preventivas ou assecutórias dos nossos direitos e interesses, ingressar com o pedido de indenização de seguro DPVAT na via administrativa e/ou judicialmente com ação de cobrança do Seguro DPVAT, pedir desistência em caso de não comparecimento em audiência, requerer e receber junto ao CPRE, complemento do BOLETIM ACIDENTE DE TRANSITO, usando, para tantos os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" e mais os especiais para transpor (em) compromissos, fazer acordo, receber (em), dar (em) quitação, representarmos juntos as repartições públicas, Estaduais, Municipais, Federa e autárquicas e sociedades de Economia Mista, praticando todos os atos de representação e defesa extrajudiciais, perante quaisquer pessoas físicas em geral, e, finalmente, praticar (em) todos os atos que se tornem mister para o fiel e completo desempenho deste mandato, inclusive interpor (em) total ou parcialmente, com ou sem reservas de poderes, o que tudo darei (ermos) por bom firme e valioso.

CONTRATO: Fica CONTRATADO, desde já, que os devidos honorários advocatícios serão na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor bruto a receber (no caso de indenização e outros recebimentos congêneres), os quais, quando for o caso, serão descontados em favor do constituído (art. 22 §4 da Lei 8.906/94), com expedição do respectivo Alvará pelo juízo da ação, constando a soma dos honorários sucumbenciais e os contratuais, tudo em favor do outorgado que o requerer e conforme pacto através do presente instrumento, sendo que, quando houver prestações continuadas (benefícios mensais previdenciários, pensão alimentícia e congêneres), serão pagos, além os honorários sobre atrasados, também sobre os valores recebidos durante os 12 (doze) meses seguintes. Nas ações que não visem qualquer recebimento em espécie, os honorários serão os constantes da tabela da OAB do Estado onde for ajuizada a Ação. Em caso de recebimento da indenização do seguro DPVAT pela via administrativa, o outorgante também pagará o valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor bruto a receber aos outorgados. Ademais, em caso de desistência deverá pagar a quantia de R\$200,00. Assim, fica configurado CONTRATO DE ADESAO, formalizado, para qualquer eventualidade futura.

Parnamirim/RN, 09 de agosto de 19



Rua Edgar Dantas, nº 454, "C", Santos Reis, Parnamirim/RN, CEP – 59.076-000.
Email: bcitamaia@hotmail.com



Segue em anexo documento de comprovação







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0852536-91.2019.8.20.5001

AUTOR: HUDSON SOARES GOMES

RÉU: PORTO SEGURO S/A

DECISÃO

Vistos,

Considerando o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos da petição inicial, bem como o atendimento às condições da ação, não sendo caso de improcedência liminar do pedido, recebo a inicial.

Haja vista a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Consoante preconiza o Enunciado n.º 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”.

Com efeito, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.



Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

P. I. Cumpra-se.

Natal, 5 de novembro de 2019

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

